

EVANGÉLICOS, POLÍTICA E NEGÓCIOS: OS EMPRESÁRIOS EVANGÉLICOS NO CONGRESSO NACIONAL

Giulliano Placere¹

Vinicius Manduca²

Introdução

O fenômeno sempre religioso exerceu grande influência sobre grupos sociais das mais variadas culturas em vários lugares do mundo. Passados vários séculos até a contemporaneidade o campo religioso ainda é muito diversificado, com a presença de várias religiões e credos.

O Brasil, através da influencia de Portugal tornou-se uma colônia vinculada ao catolicismo e durante vários séculos teve o predomínio do campo religioso com a mesma. Porém passou pelo processo de laicização do Estado nas ultimas décadas do século XIX, promulgada durante a Constituição Republicana de 1891. Ainda no mesmo período, o contingente populacional se diversifica graças à entrada de imigrantes vindos de todos os continentes, por isso o sincretismo religioso é uma marca da sociedade brasileira. Mesmo com a dominação católica, já havia presença de diversas religiões e crenças, inclusive de um pequeno contingente evangélico, até mesmo no campo político no início do século XX:

“Mesmo sem um projeto político institucional, houve protestantes presentes na política brasileira, principalmente a partir da década de 1930. Documentos marcantes foram produzidos por pastores e líderes do Rio de Janeiro e São Paulo, pertencentes a denominações evangélicas, ao ensejo das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em 1933” (Campos, 2006, p.38-42 apud Baptista, 2007, p.191).

O crescimento populacional evangélico brasileiro também merece destaque, a análise da tabela oficial do censo revela um crescimento exponencial chegando á 600% em sessenta anos:

Religiosidade no Brasil – 1940 - 2000

Ano	Católicos	Evangélicos	Outras Religiões	Sem Religião
1940	95,2	2,6	1,9	0,2
1950	93,7	3,4	2,4	0,3
1960	93,1	4,3	2,4	0,5
1970	91,8	5,2	2,3	0,8
1980	89,0	6,6	2,5	1,6
1991	83,3	9,0	2,9	4,7
2000	73,9	15,6	3,5	7,4

Tabela 1

Fonte: IBGE – Censos demográficos (por % da população nacional)

Mesmo com uma taxa de crescimento considerável pós-segunda metade do século XX, a população evangélica, especificamente os adeptos pentecostais não foram estudados de maneira sistemática como afirma Saulo:

Os pentecostais, até três ou quatro décadas atrás, anos 50 e 60, eram desprezados pela fatia mais influente da sociedade brasileira, especificamente a parcela conhecida como formadora de opinião. Esse pouco interesse que eles despertavam se registrava também, no meio acadêmico. Quase não havia cientistas sociais interessados em estudar o pentecostalismo, enquanto era fácil encontrar diversos pesquisadores que se dedicavam ao estudo de religiões afrobrasileiras. Esse descaso ainda perdurava quando surgiu o neopentecostalismo, em meados dos anos 70 (Baptista, 2007, p.17).

O cenário evangélico ligado a cargos políticos no Brasil sofre uma transformação ao longo dos anos 80 com a entrada de algumas instituições evangélicas:

“... a Igreja Quadrangular e a Universal, resolvem investir na eleição de representantes para o Congresso Constituinte. De modo bem pentecostal, afirmava um candidato naquela ocasião: “É tempo de agir, pois esta pode ser a última Constituição, antes da volta de Cristo” (Baptista, 2007, p.183).

Desenvolvimento

A expressão nacional evangélica na política brasileira representada pelos pentecostais tem como um fato marcante a presença e participação durante a eleição para a

Assembléia Constituinte de 1988: “... apelaram para “a fé do povo brasileiro”, sempre que este mito ajudou como argumento para garantir a presença pública de símbolos caros aos evangélicos: foi deste modo que conseguiram aprovar a aposição permanente de uma Bíblia alerta sobre a mesa do Congresso e a referência a Deus na nova constituição” (Baptista, 2007, p.194).

Mas, o diferencial no cenário social dos grupos evangélicos das últimas três décadas se deu por conta da entrada de empresários vinculados ao campo da política, estes chamados de “empreendedores liberais”:

“Recorrentemente chamado de “fundador”, o empreendedor aqui é a pessoa que inicia, desenvolve e é identificado com uma organização religiosa, que por vezes passa a disputar espaço, adeptos e recursos com outras congêneres, num contexto cada vez mais nítido de concorrência religiosa” (Souza, 2012, p. 4).

Divididos por segmento religioso evangélico segundo aponta Souza: “Os casos mais significativos de empreendedorismo liberal estão subdivididos em três segmentos: protestantes históricos, que são também chamados de protestantes de missão; os pentecostais tradicionais, entre os quais se incluem as igrejas do pentecostalismo clássico e da cura divina - ou “da primeira e segunda ondas” pentecostais formadas; e os neopentecostais, adeptos da Teologia da Prosperidade” (Souza, 1969, Freston, 1993, Mariano, 1999 apud Souza, 2009, p. 33).

Com o objetivo de pesquisar a ação dos parlamentares empresários e evangélicos no Congresso Nacional, foi realizada no primeiro trimestre de 2012 uma coleta de dados nos portais da Câmara dos Deputados, e da organização não governamental Transparência Brasil, que tem como sua base de dados o site Excelências com o objetivo de combater a corrupção através de vários dados sobre a atuação dos políticos em âmbito nacional. Foram consultados também sites de imprensa que circulam diariamente informações sobre parlamentares e por fim os sites das próprias empresas as quais os empresários estão vinculados.

Realizando o cruzamento de dados, chega-se a quantidade de 72 parlamentares que são vinculados a vertentes evangélicas, eleitos em 2010, da 54ª legislatura (2011-2015). Destes 72, 12 deles são empresários detentores de empreendimentos econômicos.

Os empresários evangélicos do Congresso Nacional estão assim divididos por filiação religiosa de acordo com o gráfico 1:

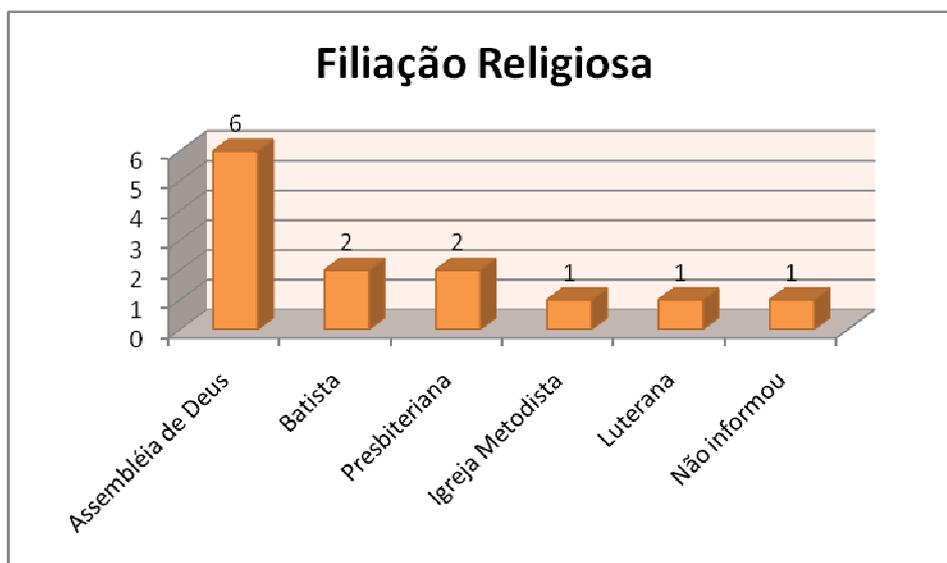


Gráfico 1: Filiação religiosa dos empresários evangélicos

Os números demonstram um predomínio da Assembléia de Deus como instituição evangélica principal dos empresários, fato que não é recente:

... Maior denominação evangélica do país é a que entrou maciçamente na política partidária no final da década de 1980, principalmente através de seus pastores e demais lideranças, também empresários. (Souza, 2009, p. 34).

Outro dado levantado na pesquisa que merece destaque é o valor do montante total de bens declarados pelos empresários quando foram eleitos, a variação entre eles é considerável como aponta o gráfico 2:

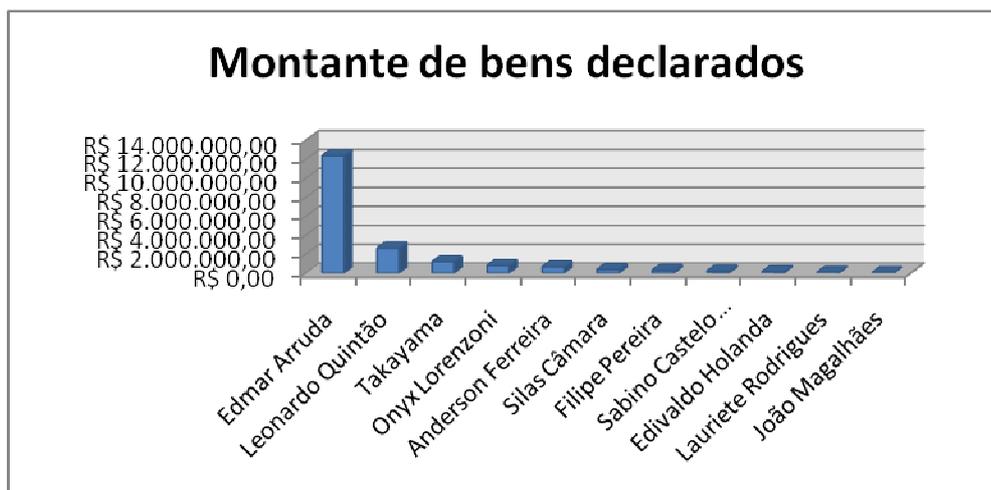


Gráfico 2 – Montante de bens declarados segundos dados do Portal

Excelências: <http://excelencias.org.br/>.

Além de dois deputados que não declararem a sua quantidade de bens, uma ressalva deve ser feita, pois metade dos empresários pesquisados, ou seja, 50% conforme dados do portal “Excelências” tiveram uma variação patrimonial (nomes grifados em negrito na tabela 2 abaixo) dos seus bens relevante, no período entre eleições, isto quer dizer que em eleições passadas declaravam possuir mais bens do que possuem atualmente:

Nome	Montante de bens declarados
Edmar Arruda	R\$ 12.396.842,90
Leonardo Quintão	R\$ 2.637.840,51
Takayama	R\$ 1.198.481,17
Onyx Lorenzoni	R\$ 804.439,36
Anderson Ferreira	R\$ 656.331,20
Silas Câmara	R\$ 370.025,61
Filipe Pereira	R\$ 282.193,00
Sabino Castelo Branco	R\$ 214.202,90
Edivaldo Holanda	R\$ 142.059,66
Lauriete Rodrigues	R\$ 75.000,00
João Magalhães	R\$ 46.071,18
Aureo Ribeiro	Não declarou
Nilton Capixaba	Não declarou

Tabela 2

Fonte: Portal Excelências

A maior renda declarada é a do empresário Edmar Arruda, do PSC (Partido Social Cristão), membro igreja Presbiteriana desde a década de 80, que detém seis empreendimentos diferentes, que estão detalhados neste texto.

Mais um dado colhido é sobre a porcentagem de empresários que possuem algum tipo de processo judicial, o resultado é expressivo, pois mais da metade deles são considerados como “ficha-suja” de acordo com o gráfico 3. Os processos são de diversos motivos diferentes, como no caso de Arruda que responde por crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético, Leonardo Quintão por improbidade administrativa, o maior destaque entre os que respondem processo fica por conta do Deputado João Magalhães que além de ser o único em que não foi possível encontrar a instituição evangélica a que é vinculado, responder pela quantia de 45 processos nos tribunais judiciais.

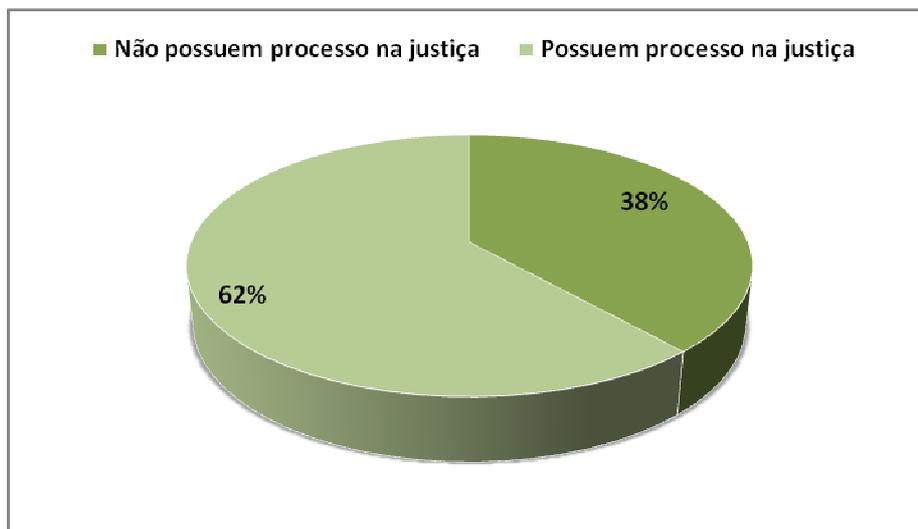


Gráfico 3 – Candidatos que possuem ou não processos na justiça

Dos parlamentares pesquisados observa-se que o partido que mais se destaca é o Partido Social Cristão (PSC). Esse dado, porém é um reflexo dos parlamentares evangélicos como um todo, independentemente da variável “profissão”, como observado anteriormente, já que 1/3 dos deputados empresários pertence ao partido.

O PSC teve sua origem no ano de 1985, baseando-se nos ideais do ex-vice-presidente Pedro Aleixo, que passou a professar um sistema pluripartidário após ser impedido de assumir a presidência com a morte do General. Costa e Silva. Reconhecido em suprema instância em 1990, dois anos após a promulgação da nova constituição, o partido tem sua ideologia baseada na democracia cristã. Seus membros, portanto devem seguir essa base, mais do que isso, seguir os preceitos cristãos além do que diz respeito à questão política, como demonstra o seu estatuto: “Poderão se filiar ao PSC [...] e que aceitem expressamente respeitar e cumprir a Doutrina Cristã, manifesto e o programa do PSC”. (Estatuto do PSC, Título II, Sessão I Artigo 7º, 2007)

A princípio o contingente partidário era exclusivamente de evangélicos, sendo a sua maioria da Assembléia de Deus, porém hoje já se encontram algumas exceções como o deputado estadual do Rio e Janeiro católico, Sabino.

Desde sua formação o partido tem realizado alianças para a sua base governista como à que promoveu a eleição de Fernando Collor de Melo à Presidência da República, após um período lançando candidaturas a esse mesmo cargo, com o intuito de alcançar o reconhecimento do público, o PSC voltou então a seu modelo de alianças e coligações com o seu grande foco nos cargos legislativos, movimento que parece também estar mudando nessas últimas eleições já que segundo dados do partido todas as capitais brasileiras terão candidatos sociais cristãos.

A implicação desse cenário partidário na política brasileira pode ser notada através de uma análise perceptiva dos projetos e medidas propostas pelos quatro parlamentares filiados ao PSC. O contingente de processos movidos por parlamentares ligados ao PSC possui uma característica levemente diferente dos outros empresários evangélicos. São mais freqüentes os que propõem melhorias ou condições estatais para assuntos relativos à igrejas ou à questões religiosas em geral. Enquanto os pertencentes a outros partidos essa perspectiva é mais escassa, sendo as suas ideologias cristãs melhor visualizadas em votações que atendam questões conflitantes ou que apóiem à perspectiva cristã de entendimento de mundo, como por exemplo, questões ligadas ao aborto ou à moral sexual.

Dentre questões apresentadas por partidários empresários do PSC destaca-se, por exemplo, à INC – 2618/2012 e a REC – 4414/2012 propostas pelo deputado Edmar

Arruda, essas propunham ao governo brasileiro a intervenção no caso do pastor Iraniano Yousef Nadarkhani, preso por protestar contra o ensino obrigatório do Islã na escola de seus filhos. O próprio portal do PSC possuiu um link para uma campanha realizada via internet para a libertação do pastor. Ou mesmo o RIC – 343/2011, também do deputado Edmar Arruda, que solicitava ao poder executivo, mais especificamente ao Ministério da Educação, explicações sobre o “kit gay”, material pedagógico sobre o homossexualismo que seria que seria distribuído nas escolas, kit que posteriormente foi vetado pela própria presidente Dilma Rousseff.

Há também parlamentares de atuação mais discreta como a deputada Lauriete, que desde sua posse em 2011 apresentou um contingente de 21 projetos, sendo alguns deles em conjunto. O mais expressivo com a relação ao movimento religioso talvez seja o PL – 2756/2011, projeto que visa assegurar aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos. Desse são também relatores os empresários apontados nas tabelas acima: Aureo, Edmar Arruda, Leonardo Quintão, Silas Câmara e Takayama, além de outros trinta e seis deputados.

A maior parte dos projetos apresentados em todo o contingente estudado é relativo não a motivações e interesses necessariamente pessoais, partidários ou religiosos, mas sim relativos às comissões que participam, à exemplo a própria deputada Lauriete mencionada acima. Participante da comissão de defesa do consumidor como a PL - 2862/2011, que visava obrigar os fabricantes de aparelho celular à disponibilizar outro aparelho celular ao consumidor em caso de defeito do produto durante o prazo de garantia.

A exceção é o deputado Anderson Ferreira, titular das comissões de ciência e Tecnologia, Comunicação e informática, que possui grande parte dos projetos apresentados referentes à área dos transportes, nesse sentido se enquadra também o Deputado Edmar Arruda que dedicou grande parte da produtividade de seu mandato à questões referentes à telefonia celular.

Há outros dois deputados que se destacam com relação à apresentação de projetos relativos a questões pessoais, Filipe Pereira e Nilton Capixaba. O primeiro é um dos poucos eleitos à declarar a nome de sua empresa e além dela os cargos que ocupa em outras organizações. Ele é diretor Administrativo do jornal Folha Cristã,

Gerente de Negócios da EDP, Corretora de Seguros, Vice-Presidente, e acionista da empresa Filipe Empreendimentos e Eventos Ltda. Filipe possui um número expressivo projetos relativos à questão propriamente empresarial englobando questões como regularização de salário e principalmente abatimento de impostos.

Já no caso de Nilton Capixaba, o nome de sua empresa não é declarado, mas sim a cidade em que está localizada. Morador de Cacoal, Rondônia, cidade que se destaca por sua produção de café, Capixaba possui uma empresa nesta mesma cidade. Seu uso da máquina pública vem direcionado em prol da cidade, através da qual inaugurou um aeroporto, fechou contratos com companhias aéreas além de outras melhorias estruturais como um complexo de lazer financiado pelo Ministério do Lazer.

A questão que os fatos enunciam é que o uso da verba pública e, principalmente e da máquina estatal, ou seja, os projetos apresentados pelos parlamentares caracterizam, em parte, apropriação do aparelho estatal para fins próprios em um aproveitamento da posição parlamentar em que estão inseridos.

No caso de Filipe Pereira, por ser empresário, são conhecidos e entendidos as necessidades e dificuldades que a classe enfrenta e no caso de Capixaba, por ser morador de Cacoal entende as necessidades e dificuldades da cidade de forma a beneficiar sim um município específico mas não por interesse, por conhecimento.

Questão essa que não parece se aplicar ao deputado gaúcho Onyx Lorenzoni. Formado em medicina veterinária herdou do pai, colega de profissão, o Hospital Veterinário Lorenzoni no ano de 1976, ano em que se formou. Lorenzoni é hoje um dos principais candidatos à prefeitura de Porto Alegre, sendo também o atual vice-presidente do DEM e líder da bancada do partido na Câmara Federal. Devido à essa perspectiva a sua atuação política é mais generalizada, levando em consideração que essa não é a primeira vez que o candidato tenta o cargo executivo no Rio Grande do Sul, seus projetos são portanto mais generalizados idealizando algumas minorias mas se destacando principalmente por declarações avessas à impunidade e campanhas para organização de CPIs, ou seja, o parlamentar visa agora uma exposição pública a fim de vencer a disputa para o cargo de Porto Alegre.

Ao nos referirmos à categoria “empresários”, porém há um nome que se destaca frente aos outros apresentados, o do deputado Edmar Arruda já citado acima. Diferente

da maior parte dos outros deputados analisados expõe o nome de suas empresas em sua declaração de bens, em seu perfil no site da Câmara Federal e em seu próprio site, expondo ali algumas descrições da atuação da empresa e com links para os seus respectivos sites, ou seja, aparentemente o deputado tem feito uso de sua exposição como parlamentar para a promoção de suas empresas.

Com uma declaração de renda de mais de doze milhões de reais o deputado Paranaense possui cinco empresas vinculadas ao seu nome, essas em diversos setores. Essas empresas são a Cantareira Construções e Empreendimentos, uma construtora localizada na cidade de Maringá, a qual Edmar Arruda é residente, que divide sua prestação de serviços entre a construtora propriamente dita e uma imobiliária de compra, venda e locação de imóveis. Essa empresa também vinculada ao programa “Minha Casa Minha Vida” da Caixa Econômica Federal, tendo a licitação para à construção de núcleos habitacionais, além disso, a construtora atende até condomínios de luxo; A Ecoalumini Alumínio S.A. será implantada em Maringá, no Paraná, no parque industrial da cidade.

Seu projeto é de uma empresa que fará a fusão e a extrusão do alumínio, com capacidade de 850 toneladas/mês de processamento de sucata de alumínio; ABRA incorporadora, atuante no mercado de Maringá e região com projetos e empreendimentos; A Ecoplaneta, uma empresa com sede também na cidade de Maringá que tem como objetivos o reflorestamento, tendo por filosofia a reunião de rentabilidade e preservação ambiental, e, segundo o site do deputado, possui projetos por todo o país; A única que não possuiu sua sede na cidade de Maringá é a usina de cana-de-açúcar Brazcana S.A. – Central Energética, essa, ainda sendo implantada, será localizada nas proximidades, essa priorizará a geração de Etanol e energia elétrica a partir da cana.

Não é só a grande quantidade de empresas vinculadas à seu nome que chama a atenção mas também a diversidade de empreendimentos diferentes, aparentemente não relacionados e de caráter até contraditório, ou complementar, como nos casos de uma usina de cana-de-açúcar e uma de reflorestamento.

Na pesquisa também foram encontrados dois casos demasiadamente contraditórios à respeito com informações declaradas e não declaradas, esses são os casos dos Deputados Áureo Lidio Moreira Ribeiro, e do Deputado Nilton Capixaba que

não possuem bens declarados. Em sua resumida autobiografia, expressa em seu site, Áureo afirma ter fundado a sua primeira empresa aos dezesseis anos, enquanto Nilton tem, em seu perfil da própria Câmara, não declara a localidade de sua empresa, como dito anteriormente, porém os bens por essas empresas gerados ou mesmo elas em si não constam em sua declaração de bens.

Conclusão

O constante declínio do catolicismo acompanhado pela ascensão das igrejas evangélicas tem seu reflexo no sistema político do país, a representação evangélica, sobretudo pentecostal, vem crescendo a cada eleição, isso afeta diretamente o campo político, mesmo porque há um plano, um método eletivo e organizacional por parte dessas igrejas. Isso é visível com a formação da Frente Parlamentar Evangélica, um grande guarda-chuva que se aproveita da porosidade ideológica partidária, muito marcante no atual contexto político brasileiro, para agregar parlamentares e organizar votações que interessam as igrejas. As principais questões que a FPE se mobiliza afim de atingir a unanimidade dos votos de seus membros são as relativas a quesitos infra-estruturais, como por exemplo facilidades para eventos ou instalação de templos, questões de enfiamento o sobrevivência como liberdade de culto e, principalmente, questões de cunho ideológico religioso como a não aprovação do aborto, eutanásia além de questões envolvendo o homossexualismo como a votação contrária a união estável de casais de mesmo sexo e etc.

Nesse contexto, os candidatos lançam mão de sua posição religiosa para a agregação de votos, prometendo a implantação de ideais cristãos em seus mandatos. A questão religiosa entra então em conflito quando se adiciona a variável pessoal, especialmente no caso dos empresários. Espera-se que o indivíduo no poder se divida entre os interesses de sua classe trabalhista e sua posição religiosa. A análise realizada por esse trabalho mostrou, porém, que as questões religiosas que esperam ser levantadas dentro das casas legislativas na realidade são colocadas em segundo plano, as questões mais trabalhadas são sim as de cunho pessoal tal qual a sua profissão mas, principalmente, os parlamentares votam de acordo com o partido ao qual estão veiculados, atendendo as suas demandas na grande maioria dos casos. Apenas em situações específicas existe uma unidade de votos organizada pela Frente Parlamentar Evangélica.

Com relação aos empresários, a participação é mais expressiva, a utilização do mandato público para facilidades pessoais, se mostra mais recorrente do que à religião propriamente dita, sendo os eleitos se comportando como no caso do anterior, de acordo com as comissões que participam. Porém, é importante enfatizar que essas comissões em geral são determinadas pela cúpula da igreja a qual o parlamentar é veiculado, ou seja, em geral são de interesse religioso.

Há, porém algumas poucas exceções que vislumbram na posição que ocupam uma perspectiva mercadológica inédita incomum para o cargo, a de propaganda de seus empreendimentos pessoais, como por exemplo, o caso do deputado Edmar Arruda que parece estar utilizando a sua posição parlamentar para um merchandising de suas empresas, ou a Deputada Lauriete que discretamente divulga seu trabalho como Cantora Gospel, já que seus álbuns e DVDs são as poucas informações que declara oficialmente para o público.

Referências

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional 1999-2006. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) -- Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2007

BERGER, Peter. O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

Cristo Vive, Evangelismo Mundial. Disponível em: <http://www.cristovive.inf.br/novo/>. Acessado em: 30 de março de 2012.

Deputado Federal Edmar Arruda. Disponível em: <http://www.edmararruda.com.br/>. Acessado em: 10 de março de 2012.

Filipe Pereira Deputado Federal. Disponível em: <http://www.filipepereira.com.br/Portal2/>. Acessado em: 10 de março de 2012.

Partido Social Cristão. Disponível em: <http://www.psc.org.br/>. Acessado em: 02 de março de 2012.

Portal da Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/>. Acessado em: 30 de março de 2012.

Projeto excelências. Disponível em: <http://excelencias.org.br/>. Acessado em: 30 de março de 2012.

Silas Câmara. Disponível em: <http://www.silascamara.com.br/>. Acessado em: 30 de março de 2012.

SOUZA, André Ricardo. O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*, Goiânia, v. 10, nº1, 2012, pp. 129-141

SOUZA, André Ricardo de. Os modelos de comportamento econômico com referências cristãs e implicações políticas no Brasil. 2009. Relatório Científico (Pós-Doutorado) -- Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2009.

SOUZA, André Ricardo de. O tamanho do cristianismo no Brasil. In: O tamanho do cristianismo no Brasil, 2011, Punta del Este. Anais das XVI Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Punta del Este : ACSRM, 2011.

WEBER, Max, 1864-1920. A ética protestante e o "espírito"do capitalismo. [Die protestantische ethik und der "geist"des kapitalismus]. António Flavio Pierucci (Ed.). Jose Marcos Mariani de Macedo (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.

¹ Aluno de graduação em Ciências Sociais da UFSCar e bolsista da FAPESP.

²Aluno de graduação em Ciências Sociais da UFSCar e bolsista da FAPESP.